

Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais *

Norma Felicidade L. S. Valencio **

Victor Marchezini ***

Mariana Siena ***

Guilherme Cristofani ***

O tema dos riscos ganhou destaque na agenda das Ciências Sociais, nas últimas décadas, em vista dos excessos, das saturações e dos efeitos indesejáveis que ocorrem nos espaços associados ao progresso. Perspectivas variantes do problema surgiram, marcadamente as posições realistas e construtivistas, que se disseminaram com maior ou menor diálogo entre si (Guivant, 1998; 2001).

Nesse estudo, se partirá do que Guivant (2002) denomina de um construtivismo fraco para analisar os desastres relacionados às chuvas no Brasil. Por construtivismo fraco, entenda-se uma abordagem que, sem negar a existência objetiva dos riscos, considera como central a análise das suas percepções e seus significados, que podem ser muito variantes entre indivíduos e grupos. Estas diferenças podem implicar conflitos de racionalidades – permeadas por pressupostos morais e valorativos –, em torno de definição, estimação e enfrentamento dos riscos. Um desastre, por sua vez, pode ser definido como a concretização do risco, isto é, uma interação deletéria entre um evento natural ou tecnológico e a orga-

* Agradecemos ao antropólogo Piero Leiner pela revisão da versão preliminar deste texto e aos discentes Joeverson Evangelista Domingues, Aline Ramos Barbosa e Juliana Roversi Zago pela colaboração na coleta e sistematização de dados quantitativos e qualitativos aqui utilizados. Agradecemos ainda, o apoio do CNPq.

** Doutora em Ciências Sociais, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e professora colaboradora do PPGSEA/USP. E-mail: normaf@terra.com.br.

*** Graduandos em Ciências Sociais da UFSCar. E-mails: indiaopop@yahoo.com.br, mari_siena@yahoo.com.br, cristofani@gmail.com.

nização social, que coloca em disrupção as rotinas de um dado lugar e gera elevados custos (temporais, materiais e psicossociais) de reabilitação e reconstrução. A forma como a sociedade decide desenrolar seu progresso – em que subjazem certas escolhas territoriais, tecnológicas, de sistemas de conhecimento, de estilos de vida, de formulações e implementações de políticas – inclui sua predisposição ou não aos desastres, imbricados aí os relacionados às chuvas.

Desde os piscinões, passando pelo aprofundamento de calhas de rios e implantação de pisos porosos em espaços públicos e privados, há diversas tentativas de proteção contra as forças das águas pluviais. Mas, hodiernamente, chuvas cada vez menos volumosas revelam um cenário calamitoso em vista de uma realidade concreta: o processo de adensamento de fixos e fluxos, que caracteriza a forma de organização do espaço citadino, é vulnerável à água e ao granizo que caem, e frágil aos ventos e às descargas elétricas. Diante desta situação, o trânsito rodoviário e aeroviário se complica, as moradias sofrem destelhamentos e inundações, o comércio contabiliza prejuízos referentes às edificações e mercadorias, equipamentos e pessoas sofrem danos de difícil reversão ante os raios, e a cidade pára (Valencio et al., 2004).

Para além das expressões concretas das perdas, há uma diversidade de signos, rituais, hierarquias, costumes, decisões e modos de comportamento diante do fenômeno das chuvas, e, assim como no caso de outros eventos naturais, suas representações podem sofrer visíveis manobras. Segundo Irwin (2001), quando os fenômenos naturais se tornam foco de preocupações, não raro vêm acompanhados da inculcação social das idéias de culpa e responsabilidade, além das de urgência e comportamento responsável, mobilizando instrumentalmente a imaginação na direção da catástrofe. Não que as ameaças inexistam ou que os danos deixem de ocorrer numa realidade objetiva, mas há, segundo o autor, um elemento forte de ideologização dos riscos.

Partindo de tais considerações, este estudo tenciona descrever e analisar alguns traços distintivos entre representações peritas e leigas das chuvas, bem como entre as práticas sociais recomendadas e adotadas perante o perigo, a fim de suscitar uma reflexão sobre as razões da baixa eficácia das políticas de emergência no Brasil.

1 A chuva como ameaça

Douglas (1994) considera que as análises acerca do risco precisam encontrar um ponto comum entre as dimensões institucionais e os comportamentos coletivos que, não raro, seguem em paralelo. Isso seria pertinente para focar o caso brasileiro, no qual não apenas as formas peritas e leigas de lidar com as chuvas se apresentam dissonantes, como também se observa um elevado nível de incerteza, derivado do recrudescimento da apartação social. A iniquidade distributiva e a ausência de interlocução política atingem amplos contingentes ou, no dizer de Guivant (2001), a sociedade brasileira vivencia problemas de escassez e da sociedade de risco sem que haja a organização de uma reflexividade ativa. Tal situação favorece a que os grupos mais frágeis não considerem as explicações peritas e valorizem as representações estabelecidas na esfera do conhecimento não formal. Quanto mais vulnerável a situação social do grupo que se encontra numa circunstância que entende como sendo de risco, menos o conhecimento perito é acessado por parecer algo distante, de difícil aplicação, claramente insuficiente, inútil e dispensável. A baixa reflexividade suscita a descrença dos pobres nos diagnósticos e recomendações formulados a partir de uma lógica discriminatória corrente, que confere a aqueles a responsabilidade por suas desgraças. Assim, enfrentar os desastres ocasionados pelas chuvas não é apenas de uma questão de diversidade dos mecanismos de identificação da ameaça ou de aferição da vulnerabilidade, mas envolve centralmente o entendimento das formas de interpretar as chuvas como um risco que entrecasca diversas conotações do problema.

Ainda que as crenças tenham um papel relevante para atravessar a experiência dos danos materiais e humanos que o desastre traz, e rituais religiosos sejam um recurso usual aos que não enxergam meios materiais de proteção contra suas aflições, a despolitização da questão do desastre por aqueles que o vivenciam lhes é desfavorável na medida em que se torna a fonte na qual se processa o jogo acusatório das forças políticas estabelecidas, que transformam os primeiros em réus perante a opinião pública, culpados por sua “ignorância”.

Porém, as demonstrações de fé tornam-se corriqueiras a quem tenciona sobreviver (Douglas, 1994). Assim, quando o agente da Defesa Civil supõe que, ante o desabamento iminente do domicílio, a família esteja diante de apenas uma única escolha racional – a de atender ao pedido de evacuação –, deixa de considerar que ela esteja diante de um conflito de orientações que a ligam simbolicamente a aspectos diferentes e importantes da sua existência. Em outros termos, a “ignorância”, que desviou o grupo da recomendação “x” diante da ameaça “y”, passa a ser combatida com a sua estigmatização.

Também se escamoteia a falibilidade do sistema perito. A situação de um desastre não é o que abre a possibilidade de que os peritos sejam argüidos por suas falhas e demandados a prestar contas quando suas previsões e estimações fracassam, gerando danos e prejuízos a quem nelas acreditou e por elas se orientou. Nesse aspecto, a questão repousa menos no conteúdo das representações que fracassam ou logram êxito e mais em como a assimetria de poder entre os envolvidos também se reflete na assimetria de responsabilidades diante dos danos e prejuízos.

1.1 Os senhores do tempo: dos boletins meteorológicos à percepção leiga das frentes frias

Boletins do tempo são disponibilizados pelos órgãos oficiais para a grande imprensa, e essa, por sua vez, os torna mais acessíveis ao público em geral. Embora, como o nome diz, focalizem as condições meteorológicas de um dado território num dado período, tomam, no imaginário institucional da área de emergência, a significação de um conhecimento estratégico e suficiente para lidar com o problema da vulnerabilidade. Crê-se que o acesso à informação meteorológica deflagre práticas automáticas de proteção, o que não ocorre necessariamente. Isso, de um lado, deve-se à perda paulatina da confiança leiga na informação perita decorrente de uma trajetória de inexatidão da informação. De outro, pode ser atribuído à imprecisão geotemporal, ao não reportar horários e locais que pareçam afetar o cidadão na espacialidade de sua fixação ou fluxo rotineiros. E há, ainda, a

razão da preferência leiga por informações que emergem de um sistema de conhecimento alternativo.

Na imprensa escrita, assim como nas rádios e nos canais de televisão, as colunas do tempo são alimentadas por centros e institutos peritos em meteorologia que dão um retrato vago das condições atmosféricas do dia. Apesar dos elevados níveis de confiabilidade que as previsões dizem apresentar – chegando até 90% ao reportar o mesmo dia da edição do boletim –, seu conteúdo é pouco específico. No Brasil, utilizam-se poucos ícones – em torno de seis, que representam, respectivamente, céu claro, parcialmente nublado, chuva, nublado, pancadas de chuva e chuva-so – para uma informação que pode valer para qualquer área do município, a qualquer horário do dia.

São os órgãos de Defesa Civil que institucionalmente se valem das previsões para acrescentar informações mais específicas sobre os riscos diante das condições do tempo. Mas não só a forma de divulgação de seus boletins de alerta é, no geral, restrita aos técnicos do sistema de emergência ou aos que acessam os seus sites, permanecendo inacessíveis às camadas mais pobres da sociedade, como também suas recomendações tendem a cair no vazio dada a impossibilidade de resolução do problema da vulnerabilidade do *timing* que as previsões meteorológicas apresentam. Se há previsão para chuvas fortes em, digamos, 72 horas, a questão estrutural das habitações populares em terrenos frágeis – onde o mercado de terra viabiliza sua inserção – não se resolve nesse recorte temporal. Enquanto persistir a iniquidade distributiva, as medidas paliativas de evacuação persistirão, e serão necessários contingentes cada vez maiores de técnicos de emergência para lidar com a evacuação de contingentes cada vez maiores de miseráveis em perigo. Assim, é preciso abrandar o fetiche pelo satélite para trazer para o fluxo das relações sociais, em terra, a origem dos problemas dos desastres.

A cultura popular gera recomendações baseadas em representações que se originam da trajetória de danos relacionados às chuvas, combinando, por exemplo, informações perceptivas que integram elementos de um anterior modo de vida rural, mantido através de uma tradição oral. Por exemplo, muito freqüentes, as

formas empíricas de identificação de uma frente fria encontram-se associadas a parâmetros visuais – relacionados ao tamanho, forma, coloração e movimento das nuvens, assim como às características do pôr-do-sol e do nascer do Sol –, a parâmetros sonoros – relacionados ao zunido do vento e dos trovões – e a parâmetros olfativos – relacionados ao cheiro da terra. No caso dos trovões, são associados ao ruído do vento, à sensação térmica de súbito resfriamento do ar, ao estímulo visual vindo da luminosidade dos raios e relâmpagos, em contraste com um céu denso e acinzentado, e todos eles são estímulos ambientais de forte evocação de mal tempo que levam à alteração das práticas correntes de certos grupos. Além desses indicadores, a cultura popular também remete à observação do comportamento dos animais, sejam eles domésticos, sejam de criação ou silvestres. Sinais de próxima chuva forte podem ser: cães que ficam inquietos; gado que se ajunta e passa a mugir ininterruptamente; passarinhos que voam baixo e param de piar, e moscas que entram na casa e voam baixo e em grupo. O que também é recorrentemente valorizado no saber não formal é a utilização de parâmetros fisiológicos como indicadores de alteração brusca do tempo: dores nas articulações, repuxões de cicatrizes, sonolência forte, calafrios, irritação repentina passam a ser considerados como sinais de que uma chuva forte está a caminho.

Apesar da profusão de informações que emergem da cultura popular, o conhecimento perito não estabelece diálogo de saberes. Sua forma de agir na decisão de emergência tende a desqualificar o conhecimento empírico, visto como irracional. Os instrumentos técnicos de aferição do tempo são considerados absolutos, não cabendo qualquer discussão sobre uma eventual coincidência de resultados entre ambos os sistemas de conhecimento. O que está em jogo, aqui, é um processo de hegemonia interpretativa no qual subjazem privilégios no acesso de verbas públicas a grupos de especialistas com visibilidade pública, o que redundará num aumento do poder perito, especialmente de grupos acadêmicos, sobre as decisões de Estado, norteando as políticas de emergência.

Todavia, esse poder é passível de encontrar limites quando é excessivamente autocentrado. Não raro, o anúncio oficial da ameaça – comunicado aos órgãos de imprensa, com destaque à

severidade da precipitação, velocidade dos ventos e temperatura em dadas localidades – resulta em práticas independentes dos atores sociais alvo dessa ação.

1.2 O processo decisório diante do risco

A forma de construção das decisões em contexto de risco – sobretudo o processo pelo qual a informação sobre os fatores de ameaça é produzida e difundida para fins de orientação e escolha do ente público, da comunidade e mesmo do indivíduo – é central nas preocupações de Lindell e Perry (2004). Consideram que, para uma comunidade, a decisão envolve familiares, vizinhos, uma rede de suporte informal na qual a intersubjetividade tem um papel fundamental. Isso se deve à experiência comunitária, oriunda de desastres anteriores, que orienta para a necessidade de se envolver na decisão das medidas de proteção, haja vista a tendência de declínio drástico da atenção pública conforme o tempo passa. Não é apenas “informação” o que promoveria a proteção, mas o tipo de informação, o canal que a promove, como é transmitida, quem a recebe e como é interpretada. A questão, para os autores, é que há pouco reconhecimento público dos vários sistemas de conhecimento implicados na representação da ameaça e na avaliação do risco e que, portanto, podem permanecer ocultas muitas das razões pelas quais, diante do não rotineiro, indivíduos e grupos tomam decisões diversas.

Mattedi e Butzke (2001) indicaram a existência de vários modelos para analisar o comportamento dos indivíduos antes, durante e depois da ocorrência de um evento, os quais fornecem diferentes modos de avaliação das percepções, cuja ênfase vai dos fatores cognitivos aos fatores situacionais. A revisão da literatura realizada pelos autores permite identificar que, entre as principais reações ao evento, se encontram, as que denotam ausência de consciência do risco; a aceitação dos impactos em virtude de uma possibilidade de repartição dos prejuízos pela rede comunitária; e a modificação radical do comportamento social, através da redefinição da ocupação de áreas suscetíveis, sinalizando uma disposição política preventiva de longo prazo. Ainda que os

autores não o digam claramente, sob cada um desses tipos há aspectos psicossociais, socioeconômicos e político-institucionais bastante variáveis – desde padrões mais próximos da heteronomia àqueles mais pró-ativos –, embora, em comum, considerem um ambiente social em que a escolha racional é preponderante. Porém, outros tipos de comportamentos, tidos como irracionais, estão presentes no contexto de um desastre – como processos de dissociação cognitiva, pânico e histeria –, e, diante destes, outros sistemas de referências são acessados para avaliar seus impactos.

A partir da utilização de métodos estatísticos, numa abordagem etnográfica, Gladwin et al. (2001) demonstram que são diversas as variáveis que condicionam a decisão da família em uma situação de vulnerabilidade. Uma vez que a informação é obtida e aceita como válida, passa-se a avaliar se a situação é de alto risco, qual é a proximidade e a severidade do impacto. Mesmo quando esta avaliação é a de que há um alto risco pessoal em jogo, o fator de manutenção da congregação familiar é um dos mais relevantes para a decisão, ao lado das crenças e das experiências passadas, o que é reiterado por Lindell e Perry (2004). A preocupação com aqueles com quem se mantém laços afetivos é fundamental, sejam eles parentes, sejam animais de estimação ou vizinhos. O entremear de razões econômicas e emocionais ocorrem na resistência à adoção da decisão de evacuar quando esta é tida como adequada pelo sistema perito.

Há, segundo, Gladwin et al. (2001), os que decidem permanecer no local devido à relação com o imóvel. Homens idosos, proprietários de sua residência e largamente estabelecidos no lugar são os mais resistentes. Famílias que têm animais de estimação e não os podem levar aos abrigos também decidem por permanecer na residência em risco. Quando familiares doentes recebem atenção familiar e não estão sujeitos à internação hospitalar nem podem ser aceitos nos abrigos, a decisão também é a de permanecer em sua companhia no recinto ameaçado. O “estar junto” faz mais sentido para os membros da família do que se proteger individualmente às custas do abandono do outro à própria sorte. E, evidentemente, trata-se de um sentido moral e social aceitável nas comunidades investigadas.

Portanto, não é uma simples matriz de “ameaça natural x dano pessoal”, o que rege centralmente o processo de decisão, porque os indivíduos assumem papéis que não podem facilmente ser rompidos sob pena de dissolução da unidade societária básica em que estão inseridos, que começa pela família e se estende ao ambiente de vizinhança, de trabalho e outros. Certos papéis, embora as circunstâncias ambientais pareçam adversas, não admitem volatilidade. Por um lado, porque há um cálculo racional entre a possibilidade de permanecer vivo e as restrições morais que a eventual ausência de solidariedade podem gerar, golpeando com duras repercussões religiosas, sociais e econômicas a vida do sobrevivente. Por outro, porque a vivência dos papéis, sobretudo no núcleo familiar, estabelecem laços afetivos com os entes de convivência, e as perdas implicam sofrimento que sempre parecerá uma infinidade e que, de certa forma, o é, no espaço da memória. A iminência do impacto de um evento natural severo e a necessidade de decidir diante do acontecimento apresentam uma outra temporalidade no circuito decisório. Trata-se da temporalidade dos significados mais essenciais relacionados aos papéis assumidos.

Portanto, não são só as informações meteorológicas aquelas que podem promover uma ação de emergência eficaz a favor de uma evacuação. Formas de conhecimento desqualificadas pelo saber formal e formas de decisão endógenas aos valores familiares e comunitários pesarão muito mais no seio dos grupos considerados em risco.

1.3 Os afetados no Brasil: recortes socioculturais

Conforme dissemos, o que ocorre com a chegada de uma frente fria é mais do que uma precipitação pluviométrica. Em áreas baixas das zonas urbanas, são os problemas de drenagem, os quais ocasionam as enchentes e inundações, com transbordamento de esgoto a invadir os domicílios. Nas áreas altas, a ocupação em terrenos geomorfologicamente instáveis propicia deslizamentos e desabamentos, com a lama confundindo-se com o espaço antes habitado. Os ventos que acompanham as precipitações erguem os telhados e permitem à chuva afetar os bens e os que se encontram

na moradia, danos e perdas que o granizo potencializa. Raios comprometem os equipamentos domésticos e levam à fatalidade quando atingem pessoas. Assim, não é só a água que precipita que coloca as habitações frágeis em alerta, mas o volume, a velocidade, a qualidade daquilo que escorre; e, ainda, a intensidade dos ventos, a constância e a proximidade das descargas elétricas que estão associadas às densas nuvens. Os membros da família precisam ter olhos para cada um desses efeitos secundários das chuvas, pois cada qual revela uma preocupação e providências específicas, e isso envolve o uso de múltiplas capacidades num curto espaço de tempo: procurar e instalar lonas para mitigar a perda do telhado; levantar móveis, eletrodomésticos, utensílios e alimentos para livrá-los da inundação; achar formas de escoar a água que adentra a casa; observar o perigo do contato involuntário com a fiação elétrica exposta ao contato com a água; tudo isso, e mais a necessidade de proteção dos entes mais vulneráveis da família, idosos e crianças.

Mas não há muita saída em um espaço deteriorado: há riscos de morte por ficar no domicílio ou por estar fora dele:

Em Recife (PE), a aposentada Maria Ferreira da Silva, 65, foi arrastada pela enxurrada e morreu afogada nesta segunda-feira, depois de cair em um bueiro (Agência Folha, 23/5/2005).

Em São João Nepomuceno [...] outras duas pessoas morreram soterradas após deslizamento de terra, que atingiu a casa das vítimas (Agência Folha, 24/1/2005).

Segundo a Defesa Civil, ao menos mil casas foram destelhadas pelo vendaval [em Capivari/SP] [...] Um homem morreu depois que uma viga de madeira caiu sobre o carro onde ele estava (Reis, 2005).

Em Santos, a cabeleireira Ruthe Mulero Silva, de forma simples, resumiu como foi a noite de terça-feira: “Encheu tudo [...] Quando vem a chuva as pessoas já começam a recolher eletrodomésticos e sabem que vão perder alguns móveis [...] Ruthe está tão acostumada com as despesas trazidas pelas chuvas quanto com as ratazanas que saem de todos os cantos nessas situações. “Só vendo mesmo. O problema é antigo [...] Todo mundo tirando água de dentro de casa com balde na mão”. (Merguizo, 2005).

A situação em Pernambuco, onde 27 pessoas morreram em consequência das chuvas que castigam o Estado há quatro dias, levou o go-

verno a convocar as Forças Armadas para ajudar nos trabalhos de recuperação [...] 29.336 pessoas estão desabrigadas [...] Casas desabaram, rios transbordaram e ruas alagaram (Guibu e Rondon, 2005).

Registros jornalísticos referentes aos danos relacionados às chuvas sinalizam o que há para além dos danos materiais das famílias em seus domicílios. Trata-se dos custos emocionais dos prejuízos e o valor sentimental dos objetos destruídos ou danificados:

Ela (a prefeita da cidade de São Paulo, na ocasião) vem aqui falando de cesta básica, de colchonete, a gente não precisa dessas coisas. Precisa de dignidade, de honra e de vontade de viver de novo depois disso tudo. (Lima, 2004).

A chuva não é um problema que afeta igualmente a todos os estratos sociais, embora a sinergia entre bairros ricos e pobres da vizinhança possa criar constrangimentos às rotinas de ambos (Valencio et al., 2004). Para os domicílios brasileiros afetados, os recortes etário e de gênero são relevantes, pois mulheres e crianças encontram-se entre os mais expostos¹. Mas também condutas pretensamente viris suscitam um tipo específico de óbito. No universo masculino, os raios podem ser uma oportunidade de afrontar o perigo, fazendo parte daquilo que Bruseke (1997) considerou como sendo a necessidade do ato heróico, o desafio. No Estado de São Paulo, quase um terço das vítimas fatais por descargas elétricas provocadas por raios na estação chuvosa, de outubro 2003 a março 2004, eram homens em trânsito (por bicicletas ou motocicletas) ou atingidos durante partidas de futebol ocorridas nas quartas feiras ou sábados².

1 Em Vespasiano (MG), um menino de 14 anos morreu após a queda de um barranco sobre a sua casa, onde se encontrava (Guimarães, 2004). Em Fortaleza (CE), foi a vez de um bebê de nove meses, que morreu afogado na própria casa, alagada, ao cair da rede onde dormia (Agência Folha, 12/3/2004). Em Duque de Caxias (RJ), mãe e filha morreram em deslizamento, soterradas. Em Guariba (SP), duas crianças brincavam no córrego que recebia as águas da forte chuva do dia anterior e foram encontradas mortas (Balazina, 2004).

2 Conforme o relatado por técnicos da Cedec durante o Curso de Administração de Emergência realizado em 2004 no município de Dourado (SP).

2 Um caso no interior paulista: a vivência dos danos e prejuízos

A intensidade e a persistência dos danos provocados por chuvas aos domicílios não fazem parte apenas da realidade das grandes cidades. Já se constituem num problema para pequenas e médias cidades cujo padrão territorial e socioeconômico replica os desajustes e desigualdades dos centros urbanos maiores. Esse é o caso de São Carlos, município de médio porte, localizado na Região Central do Estado de São Paulo, com 192.998 habitantes, dos quais 95,04% vivendo na área urbana (IBGE, 2001).

Coletando informações dos Registros de Atendimento da Defesa Civil Municipal, referentes ao período de 1999 a 2004, observa-se que os danos materiais nos domicílios são diversos, mas estão relacionados aos problemas de drenagem e de instabilidade do solo – gerando inundação do domicílio, desabamento residencial e de muros, deslizamento de encosta na área de inserção e retorno de esgoto –, aos ventos – com destelhamento de residência – e às descargas elétricas no imóvel, com perda de função de eletrodomésticos (Gráfico 1). Muitos desses danos privados são reflexo direto ou estão em simultaneidade temporal e espacial com os danos aos bens públicos adjacentes. Os Registros de Atendimento reportam, no período em tela: inundação em via pública, com bueiro danificado e galeria danificada, o que implica não apenas inundação no espaço privado, mas em prédios públicos, como estabelecimentos escolares; o retorno de esgoto em via pública, que é o mesmo evento que atinge os domicílios; uma rede elétrica suscetível aos ventos; pontes danificadas e/ou destruídas; acúmulo de barro em via pública, entre outros (Gráfico 2). Enfim, em época de chuvas, muitas são as comunidades que precisam lidar com suas perdas privadas, e com a perda de acesso a bens e serviços públicos num mesmo momento, suscitando uma abrangente falta de referências de como conduzir seu cotidiano a partir dali.

Gráfico 1: Distribuição das ocorrências residenciais, nas temporadas chuvosas entre 1999 e 2004, na área urbana do município de São Carlos/SP, segundo os Registros de Atendimento da Defesa Civil Municipal

Gráfico 2: Distribuição dos danos aos bens e serviços públicos, nas estações chuvosas entre 1999 e 2004, na área urbana do município de São Carlos/SP, segundo os Registros de Atendimento da Defesa Civil Municipal

Além dos procedimentos quantitativos relacionados à análise dos registros documentais, realizamos uma pesquisa entre uma amostra aleatória dos domicílios urbanos atendidos, coletando relatos orais das famílias afetadas. Foram sorteados domicílios distribuídos pelos pontos cardeais da área urbana em proporção aos atendimentos pela Defesa Civil Municipal. No ponto norte, sorteou-se um domicílio inserido no bairro do Varjão; no ponto sul, quatro domicílios inseridos no bairro Cidade Aracy; no ponto leste, dois domicílios inseridos no bairro Tijuco Preto, e, por fim, no ponto oeste, um domicílio inserido no bairro Santa Felícia. A coleta dos relatos realizou-se entre janeiro e março de 2005.

As práticas institucionais podem parecer inconsistentes para a população tida como em risco que precisa procurar soluções provisórias para tais inconsistências (Lindell e Perry, 2004). O aspecto da adoção de técnicas corporais para responder às ameaças – deixar o corpo preparado para enfrentar os danos no domicílio resultantes da chuva – soma-se com o das técnicas materiais resultantes do erro de práticas do ente público:

Quando encheu a casa, a rua era sem asfalto. Mas agora fizeram o asfalto errado, pois ele é mais baixo para o lado da casa e a água corre só para um lado. Enquanto faziam o asfalto, um dia chamei o responsável pelas obras e expliquei que daquele jeito não iria solucionar o problema (Eu moro aqui sei qual é o problema, né?), mas não deram nenhuma atenção. Sempre que chovia forte, eu e a vizinha (que hoje não mora mais lá) fazíamos valas na rua pra água não entrar, empurrávamos a terra fazendo montinhos para a água correr sem ir pras casas nossas. Numa das primeiras vezes que estava na chuva cavoucando, tive falta de ar e atacou a bronquite, e tive, então, que ir ao pronto-socorro do bairro. Depois disso, quando chovia, eu passava a noite inteira acordada, observando se a água iria entrar, não dormia para permanecer com o corpo frio, caso precisasse “lutar” com a chuva. Eu não acionava a Defesa Civil porque, se no meio da chuva eu fosse ligar, a água entraria em casa, pois ninguém mais ajudava (D. Zenaide, bairro Cidade Aracy).

Ouvir a comunidade na adoção de medidas preventivas, considerar seus pontos de vista, ter humildade para desfazer/refazer obras, eis um conjunto de práticas necessárias ao Estado,

mas cujo esteio é um paradigma de interação absolutamente oposto ao que é utilizado hodiernamente. A entrevistada acima tinha uma criação de frangos para comércio e subsistência, e, nas chuvas relatadas, morreram quarenta frangos que, segundo ela, “já estavam quase prontos pra comer”. Esse dano teve uma grande significação econômica para a família, e não houve reposição dessas perdas. Fez, às suas próprias expensas, um muro de concreto em frente da casa para barrar um pouco a água.

Uma das entrevistadas recusou a ajuda da Defesa Civil para lavar a casa, que estava suja de lama após a inundação, assim como recusou a recomendação de que ficasse, com sua família, num abrigo temporário até a água baixar. A recomendação de evacuação da área foi tomada com grande desconfiança, prevalecendo o receio de abandonar seu domicílio e deixar “estranhos” ali adentrarem. Preferiu permanecer no domicílio e limpar tudo sozinha. Isso leva a uma série de questionamentos, tais como: em que medida as populações afetadas reconhecem no interlocutor a impessoalidade do poder público? Em que medida lhes interessa saber algo acerca das atribuições e competências dos órgãos nos quais esse poder se constitui? Em que medida uma trajetória pregressa de desprovimento permite crer na efetividade da ação pública na mitigação dos danos sofridos?

Há, aqui, talvez, mais do que ausência de segurança e confiabilidade da população nos órgãos de emergência: há ausência de cidadania, isto é, de possibilidade de crer no outro como representante de instituições com deveres perante o afetado, capaz de lhe transmitir consideração, passível de reduzir suas perdas, desgastes, sofrimento e de protegê-lo material e moralmente nos espaços públicos que indicam como abrigos. Para a mulher, chefe de família – e, no caso em questão, numa casa modesta, num bairro pobre, separada do marido, mãe de duas meninas –, não foi o poder público o sujeito identificado, mas um homem, que a abordava oferecendo uma ajuda não usual. Para quem o cotidiano é feito de perdas, fracassos, abusos, estigmas, aos quais é preciso enfrentar, resistir, sobreviver, a situação normal é aquela em que a aproximação de estranhos implica trazer os prejuízos derradeiros daquilo que restou. Considerar o perfil social dos afe-

tados tanto quanto as questões do espaço privado é fundamental para que a abordagem dos técnicos de emergência não assumam um caráter intimidatório nem simplista dos auxílios oferecidos:

Eles [da Defesa Civil Municipal] vêm, tiram as mulheres, as crianças que estão dentro da água, carregam para outro lugar. Mas a gente quer ficar naquilo que é nosso, entende?! Quer salvar as coisas, porque você sabe que é difícil ter de novo. Eu sei, eu trabalhei a vida inteira pra ter o que tenho, eu valorizo isso que eu tenho, porque eu sei quanto difícil foi pra mim ter. Todo mundo ficou pra fora. Pra você ter uma noção, meu esposo e meu filho trabalham na cidade. Eles têm que sair de casa de shorts, atravessar até a cintura quase dentro da água, ir na casa do meu cunhado pra sair do lado do fundo e se trocar dentro do carro pra poder ir trabalhar. E, pra vim da escola, meu filho estuda à noite, tem que chegar à noite tirar a roupa e vir de cueca pra casa. Precisa ter muita força de vontade! (D. Dulce, bairro Varjão).

A estrutura formal de autoridade apresenta forte resistência a aceitar interpretações leigas do risco e condutas derivadas, bem como interpretações leigas do desastre e estimação de danos decorrentes. Há uma ausência de comunicação nos termos e nos meios da cultura popular, o que frustra a confiança social na relação com o Estado e gera níveis de desgaste que paulatinamente se acentuam implicando a continuidade da produção alternativa de medidas de segurança pessoal, familiar e comunitária.

Ao lado dos danos materiais, mais e mais os danos psicossociais precisam ser considerados em razão dos impactos subjetivos que a baixa dialogicidade com o poder público pode causar. Quando a habitação é afetada de maneira estrutural, e os abrigos temporários são apresentados às famílias que não têm outra alternativa de alocação, o refazimento rápido das rotinas privadas é necessário antes que a ausência de respostas públicas de recuperação da moradia degenere na adoção de rotinas privadas no espaço coletivo nos quais, à devastação material, passam a se somar insidiosos danos morais. Nos abrigos temporários, a ausência de território para que os papéis infradomiciliares possam ser reexperimentados em toda a sua plenitude vai ensejando um ambiente pleno para a eclosão de psicopatologias (Valencio, 2005). Pior que isso é o vivenciamento con-

tínuo dos mesmos tipos de prejuízos, acarretando a paulatina perda da auto-estima e de referências sociais:

Quando começa a chover, eu me revolto, eu me revolto assim porque eu acho que a gente sofre muito com essa situação. Então, eu fico numa situação que eu não gosto de conversar, eu prefiro...[silêncio da entrevistada] porque eu sei que não vai adiantar fazer nada. Aí, falam pra mim: “mas você não perdeu”, eu digo: “perdi sim, perdi a paz, perdi a vontade, perdi o gosto”, o amor que você tem. Porque, você vê, por exemplo, eu poderia tá fazendo algum benefício pra casa, mas eu não vou fazer, eu sei que não vai valer. Fico pensando, será que a gente vai poder ficar aqui? Será que eu vou ter que abrir mão, ter que ir embora, vou fazer o quê? Aonde eu vou? (D. Dulce, bairro Varjão).

Por fim, certas práticas leigas coincidem com aquelas que os peritos passam a recomendar. “Menos concreto, menos problema”, diz a matéria da Revista Pesquisa Fapesp, elogiando as novas técnicas que auxiliam no escoamento da água da chuva, as quais, basicamente, aludem à necessidade de manutenção de áreas permeáveis dentro da propriedade privada. Isso é compatível com o que encontramos na maioria dos domicílios entrevistados na periferia sancarlense: as áreas abertas da casa de chão batido, com plantas, alguma grama, árvores frutíferas. Este é um espaço valorizado pela família pobre, geralmente migrante, por remeter às suas tradições rurais. É exatamente no corpo dessas tradições que os peritos foram buscar as novas soluções de drenagem, ao ponto de um deles, da área de planejamento urbano, afirmar, na matéria supra, lembrar-se dos tempos em que era garoto, residente em um sítio, no qual o avô utilizava uma técnica particular de drenagem e que coincidia com técnicas atualmente utilizadas.

Conclusões

Embora as chuvas existam como uma realidade objetiva e estejam relacionadas a danos concretos, suas representações peritas e leigas como fator de ameaça, assim como as condutas que visam a elevar a proteção, apresentam distinções significativas.

A centralidade que os órgãos de emergência costumam dar às informações meteorológicas impede-os de interpretar o

problema do desastre no interior dos processos sociais. Isso torna impeditivo que as medidas de prevenção, resposta e recuperação, originadas nas agências estatais, sejam adequadas às demandas da população afetada. Esta, quando socioeconomicamente vulnerável, vivencia os danos materiais e emocionais como mais um aspecto da apartação social cotidiana. E, assim, busca resolução nos seus próprios termos, incluindo transformá-la numa experiência religiosa.

Quando o desastre cria um ambiente de decisão em torno da evacuação, distintas orientações normativas e prioridades podem reger os órgãos em emergência e as famílias afetadas. Todas as razões supra são mais do que suficientes para considerar que as diferentes racionalidades que norteiam as práticas dos envolvidos precisam procurar um ponto em comum, uma dialogicidade mínima. Sem isso, o Estado e os peritos que dão suporte às suas decisões recrudescerão a heteronomia em que são lançadas muitas das famílias afetadas.

Referências Bibliográficas:

- AGÊNCIA FOLHA. CE tem 17 vítimas e açudes cheios. **Folha de São Paulo** 28/1/2004. Caderno Cotidiano, p.C5.
- AGÊNCIA FOLHA. Chuva provoca morte de bebê de nove meses e de agricultor no Ceará. **Folha de São Paulo**. 12/3/2004. Caderno Cotidiano, p. C4.
- AGÊNCIA FOLHA. Fortes chuvas causam morte e deixam feridos em Recife. **Folha de São Paulo**. 23/5/2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 23/05/2005
- AGÊNCIA FOLHA. Bombeiros procuram por vítima de enxurrada em Minas. 24/1/2005. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 23/5/2005
- BALAZINA, Afra. Chuva destelha casas e desaloja famílias. **Folha de São Paulo**. 21/9/2004. Caderno Cotidiano. p. C7.
- BRUSEKE, Franz J. Risco social, risco ambiental, risco individual. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, ano 1, n 1, p.117-133, 1997.

GUIMARÃES, Thiago. Chuva já matou pelo menos 30 na Região Sudeste. **Folha de São Paulo**.14/1/2004. Caderno Cotidiano. p. C3.

DOUGLAS, Mary. **Risk and blame: essays in cultural theory**. Londres: Routledge,1994.

FIORAVANTI, Carlos. Enchentes: as águas encontram saídas. **Revista Pesquisa Fapesp**, n 103, p. 78-83, setembro 2004.

GLADWIN, Christina. H. et al. Modeling Hurricane Evacuation Decisions with Ethnographic Methods. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**.Tampa, Flórida, v.19, n.2, p.117-143, august 2001.

GUIBU, Fábio e RONDON, José Eduardo. Chuvas deixam 29 mil desabrigados em PE. **Folha de São Paulo**, 4/6/2005. Caderno Ribeirão.p.C-4.

GUIVANT, Júlia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da Teoria Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica–Anpocs**. Rio de Janeiro, n. 46, p.3-37, 2. sem. 1998.

GUIVANT, Júlia S. A teoria de sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n 16, p.95-112, abril 2001.

GUIVANT, Júlia S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n 19, p.72-88, outubro 2002.

IRWIN, Alan. **Sociology and the environment**. Cambridge and Malden: Polity Press and Blackwell, 2001.

LIMA, Isabelle M. Vítimas de enchentes hostilizam Marta. **Folha de São Paulo**. 6/2/04. Caderno Cotidiano. p.C.6.

LINDELL, Michael K. & PERRY, Ronald. W **Communicating environmental risk in multiethnic communities** California: Sage, 2004.

MATTEDI, Marcos A. e BUTZKE, Ivana C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas, ano IV, n 9, p.93-114, 2. sem 2001.

MERGUIZO, Marcel. Chuvas: tormento. **A Tribuna Digital**. 26/5/2005. Disponível em: <http://atribunadigital.globo.com/bn_conteudo.asp?cod=201647&opr=103>. Acesso em 26/5/2005.

REIS, Mauricio. Chuva causa uma morte no interior de São Paulo. **Folha de São Paulo**. 24/5/2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br>> Acesso em 24/5/2005.

SIENA, Mariana e VALENCIO, Norma F. L. S. Danos imateriais relacionados às chuvas: culpabilizando a vítima. **Revista EcoTerra Brasil: temas ambientais**. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br>>. Acesso em 2 junho de 2005.

SCHIVARTCHE, Fábio. Futuro é de mais caos no Rio Tietê, afirma Secretário. **Folha de São Paulo**. 27/05/2005. Caderno Ribeirão. P. C1.

VALENCIO, Norma et al. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade nas cidades brasileiras. **Revista Teoria & Pesquisa**. São Carlos, v. 44-45, p.67-115, jul-dez 2004.

VALENCIO, Norma F L S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. **Anais do Encontro Ciências Sociais e Barragens**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.20p (cd). 2005.